



GOVERNO / Lula tenta minimizar a crise política com o Parlamento e enfatiza que eventuais divergências com Câmara e Senado são “coisas normais da política”. Presidente diz que teve conversa com Lira, mas se nega a comentar o teor do encontro

“Não acho que temos problema no Congresso”

» LUANA PATRIOLINO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva minimizou a crise entre o governo e o Congresso. Em café da manhã com jornalistas, ontem, no Palácio do Planalto, ele afirmou que não há problemas de articulação política com o Parlamento e que qualquer divergência poderá ser superada.

“Sinceramente, não acho que a gente tenha problema no Congresso. Temos situações que são coisas normais da política. Temos 513 deputados, o meu partido só tem 70. Temos 81 senadores, o meu partido só tem nove. Se somarmos os nossos aliados ideológicos, vamos para 12 ou 13 e, assim, não chegamos a sequer 140 deputados”, disse.

Ele citou como exemplo de boa relação com o Congresso a aprovação da PEC da Transição, promulgada em dezembro de 2022, que permitiu ao governo aumentar em R\$ 145 bilhões o teto de gastos no Orçamento de 2023 para bancar despesas como o Bolsa Família, o auxílio-gás e a Farmácia Popular.

Lula ressaltou que está em uma “situação de muita tranquilidade na relação com o Congresso Nacional”. “Não tem nenhuma divergência que não possa ser superada. Se não tivesse divergência, não haveria necessidade de a gente dizer que são Três Poderes distintos e autônomos.”

O petista afirmou que teve uma “conversa” com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que está às turras com o Planalto, mas se esquivou ao ser perguntado sobre o teor do encontro. “Eu tive uma conversa com o Lira, é diferente de uma reunião. Como é uma conversa entre dois seres humanos, eu não sou obrigado a dizer a conversa”, frisou.

No café da manhã, Lula negou que esteja pensando em reforma ministerial. A resposta ocorre duas semanas após Lira chamar o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, de “incompetente” e “desafeto pessoal”.

“O time está jogando, e está jogando do jeito que eu acho que



Não fico irritado (com derrubada de vetos). É um papel deles. Às vezes, fico incomodado com a minha incompetência de não tê-los convencido do contrário”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

deve jogar. Portanto, não existe nenhuma previsão de reforma ministerial na minha cabeça, neste instante”, declarou.

Reforma tributária

Lula também informou que os textos finais que tratam da regulamentação da reforma tributária estão fechados e devem ser enviados ao Congresso ainda nesta semana. Afirmou que gostaria que os relatores dos projetos de lei fossem os mesmos que trabalharam na análise da proposta de emenda à Constituição (PEC): o deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB), na Câmara, e Eduardo Braga (MDB-AM), no Senado. “Vamos levar uma proposta que está de acordo com o governo. Obviamente, sabemos que, quando chegar à Câmara, pode ser mudada”, destacou.

No Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu continuar com Braga na relatoria. Na Câmara, Lira ainda não definiu se manterá Aginaldo Ribeiro. Lula disse que irá respeitar a prerrogativa do parlamentar.

“Longe de mim querer indicar um relator para cuidar da política tributária. É o papel do presidente da Câmara, dos deputados. Eu só queria que as pessoas levassem em conta isso: quem já foi relator da reforma tributária está muito familiarizado, já fez negociação, já conversou com partidos e poderia facilitar a tramitação”, argumentou.

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula no café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto: “Não há divergência (com o Congresso) que não possa ser superada”

Presidente corre maratona, não 100m

» DENISE ROTHENBURG

O presidente Lula governa neste terceiro mandato com um olho no futuro e outro no retrovisor. Para o fim da segunda passagem pelo Planalto, projeta uma economia com mais distribuição de renda e respirando sem a ajuda de aparelhos. Do passado, traz as lições de quem viveu todos os problemas de hoje e mais um pouco, entre 2003 e 2010. Afinal, enfrentou várias crises. A do mensalão, em 2005, sobre financiamento de campanha; a financeira, de 2008, que eclodiu nos Estados Unidos e afetou o mundo todo mas, no Brasil, não provocou muitos estragos (o Petrolão estourou no governo Dilma).

Por essas e outras, ao contrário de muitos recém-chegados e afoitos por popularidade e

resultados imediatos, Lula mantém o otimismo e diz considerar “dentro da normalidade” muita coisa que alvoroça os congressistas. “Se optar pela velha briga, você não governa”, disse no café com jornalistas.

Antes da fala de Lula, o ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, deu uma “chamada” na imprensa. Disse que era preciso “qualificar a relação”. Referiu-se ao fato de, no lançamento do programa que pretende conceder milhões em empréstimos a pequenos empresários, o destaque não foi a medida, e, sim, a “brincadeira” que o presidente fez com seus ministros, sobre a articulação política. “Não pode nem brincar mais?”, perguntou Pimenta.

Lula, porém, foi mais leve ao se referir à solenidade do dia

anterior. Lembrou do tempo em que se incomodava com manchetes criticando o PT e emendou: “Se não quiser manquete negativa, não tem que dar pretexto. É preciso pensar no que vai falar”, frisou, amenizando o que havia sido dito pelo ministro.

Foi Pimenta que, ao fim da entrevista, citou as pesquisas de opinião do passado, que mostram um Lula, em 2004, com popularidade na casa dos 34% e, em 2010, deixando o governo com um índice de popularidade superior a 80%.

Lula observa esses números com carinho. Com base neles, projeta um otimismo nunca visto quando se refere ao futuro de seu governo. Mesmo com todas as mudanças e ruídos na relação política, por exemplo, a negociação das emendas ao Orçamento,

ele confia que soube superar as crises do passado. A ponto de ser eleito depois de um período na prisão da Polícia Federal. E saberá resolver as que vêm pela frente, com diálogo em todos os setores. Mostra-se especialmente animado quando fala dos investimentos prometidos por empresários que o visitam. Carlos Slim, da área de telecomunicações, por exemplo, acena com R\$ 40 bilhões.

Ele só fugiu de duas perguntas: a primeira, sobre a conversa que teve com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e a segunda, quando já havia respondido sobre as greves no serviço público e a reportagem insistiu em outro questionamento, a respeito de emendas parlamentares. “Eu não discuto isso, querida”.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula manda Casa Civil se entender com Lira

Na tarde de ontem, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, deixou o Palácio do Planalto para conversar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no seu gabinete no Congresso. Chegou pela chapelaria, pegou o elevador privativo dos deputados, cruzou o cafezinho, circundou o plenário e entrou direto no gabinete, pela porta que dá acesso direto ao plenário, a mesma que outrora foi do comitê de imprensa. Não falou com ninguém pelo caminho. A conversa durou meia hora e não chegou a lugar nenhum.

Costa levou 479 dias para descer do pedestal de homem forte do Palácio do Planalto e atravessar a Praça dos Três Poderes para fazer política na Câmara, tarefa

que cabe, principalmente, ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, com quem o santo de Lira nunca bateu. Costa segue a orientação do presidente Lula, que cobrou de seus ministros, inclusive do vice-presidente Geraldo Alckmin e do titular da Fazenda, Fernando Haddad, mais empenho nas conversas com deputados e senadores.

Depois da trombada entre Lira e Padilha, o governo perdeu a interlocução eficaz com quem manda na pauta da Câmara. Lula tenta restabelecer essas relações, minimiza o conflito e manda seus ministros conversarem com suas respectivas bancadas. Partidos como PP, União Brasil, Republicanos e PSD têm ministros no governo,

mas a maioria de seus deputados segue a orientação do presidente da Câmara, e não de seus correligionários na Esplanada.

Costa ocupa o posto político mais importante da equipe ministerial, com a experiência de quem foi governador da Bahia por dois mandatos e elegeu o seu sucessor. Lida, porém, com uma realidade muito mais complexa, ocupa o vértice do sistema de alianças do governo, logo abaixo de Lula, mas não consegue coordenar os ministros politicamente. Além disso, sua relação com Padilha não é de sintonia fina.

Somente 1% das emendas parlamentares previstas para 2024 haviam sido liberadas pela Casa Civil, o equivalente a R\$ 439 milhões, até 12 de abril deste ano. O jogo duro feito por Rui Costa na liberação dessas emendas, além de tirar o tapete de Padilha, foi um tiro pela culatra. Na semana passada, Costa endureceu ainda mais o jogo e liberou R\$ 2,4 bilhões em emendas,

mas privilegiou PT, MDB e PSD, que receberam mais da metade do valor empenhado: R\$ 1,3 bilhão.

O PP, partido de Lira, ficou em 10º lugar entre os que mais tiveram emendas liberadas, apesar de ser a quarta maior bancada na Câmara e a sexta maior no Senado. Deu ruim, porque Lira resolver pôr na pauta da Câmara os projetos de interesse da oposição e passou a fazer corpo mole para aprovar a regulamentação da reforma tributária. Pisou nos calos inflamados do governo.

Derrubada de vetos

O mais dolorido é a ameaça de derrubada dos 35 vetos de Lula às emendas ao Orçamento, que serão apreciados hoje pelo Congresso, no valor total de R\$ 17 bilhões. Costa disse a Lira que o governo se dispõe a manter apenas R\$ 2 bilhões dos R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão, que substituíram o chamado orçamento

secreto. Lira pleiteia R\$ 3,6 bilhões de emendas de comissão e mais R\$ 1,7 bilhão das emendas parlamentares da Câmara. Não houve acordo, mas a negociação continua.

Outra dor de cabeça para o Palácio do Planalto é a PEC do novo benefício salarial para juízes, magistrados, promotores e defensores a cada cinco anos de serviço público. Estudo da consultoria do Senado estima um impacto de quase R\$ 82 bilhões aos cofres públicos entre 2024 e 2026, caso seja aprovada pelo Congresso da maneira como passou na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, porque atinge todo o sistema judiciário, inclusive nos estados.

O governo tenta mitigar o projeto, em negociações com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que tem boa relação com o Planalto, mas também tem uma agenda conservadora, muito influenciada pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), seu principal aliado, que

preside a CCJ e pretende voltar ao comando do Senado.

Aparentemente, para Lula, caiu a ficha de que o Congresso atual não tem nada a ver com o parlamento dos dois primeiros mandatos. É mais parecido com o Congresso que se relacionou com a ex-presidente Dilma Rousseff, que sofreu um processo de impeachment no segundo mandato. No café da manhã com jornalistas, ontem, Lula reconheceu a nova realidade:

“Não é o presidente do Senado que precisa de mim. Não é o presidente da Câmara que precisa de mim. Quem precisa deles é o presidente da República, é o Poder Executivo. Cada um tem uma função. Nós temos a nossa função. E quem aprova o Orçamento da União são eles. Quem aprova os projetos de lei são eles. Então, é o governo que precisa ter o cuidado de manter a relação mais cuidada possível, tanto com a Câmara quanto com o Senado.”